

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998

(Montantes expressos em milhares de Escudos)

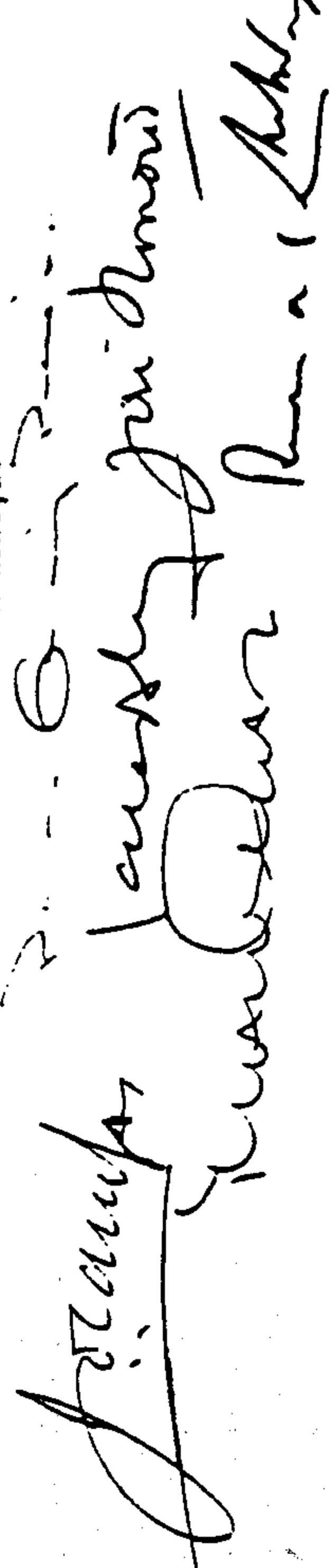
ACTIVO	Notas	1999		1998	
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
IMOBILIZADO:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	8 e 10	43.738	(32.150)	11.588	19.665
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento de transporte	10	28.600	(19.540)	9.060	13.589
Equipamento administrativo	10	10.141	(4.062)	6.079	3.029
		38.741	(23.602)	15.139	16.618
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	42.607.703	-	42.607.703	40.534.640
CIRCULANTE:					
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Empresas do grupo	16	721.184	-	721.184	-
Outros devedores		3.021	-	3.021	28
		724.205	-	724.205	28
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	2	708	-	708	593
Caixa	2	102	-	102	-
		810	-	810	593
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:					
Acréscimo de proveitos	48	-	-	-	2.416
Custos diferidos	48	13.337	-	13.337	15.210
		13.337	-	13.337	17.626
Total de amortizações					
		(55.752)			
Total de provisões					
		(55.752)			
Total do activo					
		43.428.534	43.372.782	40.589.170	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
CAPITAL PRÓPRIO:					
Capital					
Acções próprias - valor Nominal	36 e 40	23.666.489		23.666.489	23.666.489
Acções próprias - descontos e prémios	40	(125.656)		(125.656)	-
Prémios de emissão de acções	40	(230.795)		(230.795)	-
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	843.619		843.619	843.619
Reservas:	40	4.159.851		4.159.851	4.159.851
Reservas legais	40	833.415		833.415	587.854
Outras reservas	40	1.965.557		1.965.557	1.479.181
Resultados transitados	40	8.103		8.103	(108.651)
Resultado líquido do exercício	40	6.693.311		6.693.311	4.911.224
Total do capital próprio		37.813.894		37.813.894	35.539.567
PASSIVO:					
DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo:					
Empréstimos por obrigações	49	4.800.000		4.800.000	4.800.000
DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo:					
Dívidas a instituições de crédito		-		-	106.122
Fornecedores, conta corrente		2.707		2.707	-
Accionistas	50	601.427		601.427	-
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		5.459		5.459	-
Estado e outros entes públicos	51	43.775		43.775	41.019
Outros credores		14.033		14.033	9.144
		667.401		667.401	156.285
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:					
Acréscimos de custos	48	91.487		91.487	93.318
Total do capital próprio e do passivo					
		43.372.782		40.589.170	

Os anexos fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 1999.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998

CUSTOS E PERDAS		Notas	1999	1998	PROVEITOS E GANHOS		Notas	1999	1998
Fornecimentos e serviços externos			103.864	104.687	Prestações de serviços			531	-
Custos com o pessoal:					(B)			531	-
Remunerações			196.855	166.727	Ganhos em empresas do grupo		45	7.372.659	5.704.499
Encargos sociais			20.746	12.253	Outros juros e proveitos similares:				
					Relativos a empresas do grupo		45	28.163	10.846
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo		10	15.137	70.745	Outros		45	7.400.915	5.715.504
					(D)			7.401.446	5.715.504
Impostos			12.152	14.316					
Outros custos e perdas operacionais			117.558	120.387					
(A)			466.312	489.115	Proveitos e ganhos extraordinários		46	1.367	41
Juros e custos similares - Outros		45	205.910	279.364					
(C)			672.222	768.479					
Custos e perdas extraordinários		46	416	112					
(E)			672.638	768.591					
Imposto sobre o rendimento do exercício		6 e 51	36.864	35.730					
(G)			709.502	804.321					
Resultado líquido do exercício			6.693.311	4.911.224	(F)				
			7.402.813	5.715.545				7.402.813	5.715.545
					Resultados operacionais:		(B) - (A)	(465.781)	(489.115)
					Resultados financeiros:		(D-B) - (C-A)	7.195.005	5.436.140
					Resultados correntes:		(D) - (C)	6.729.224	4.947.025
					Resultados antes de impostos:		(F) - (E)	6.730.175	4.946.954
					Resultado líquido do exercício:		(F) - (G)	6.693.311	4.911.224

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Francisco Xavier

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

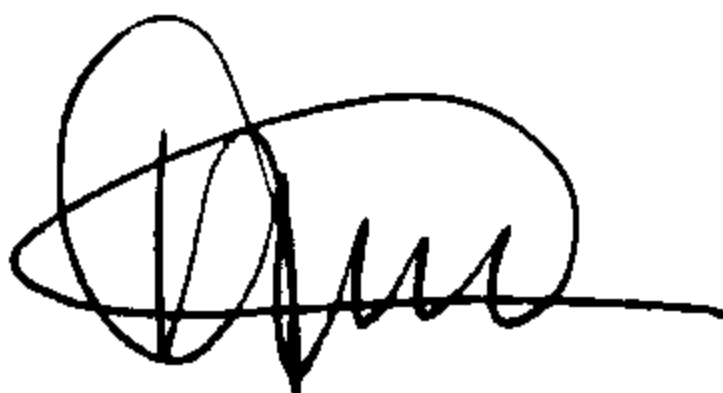
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998

(Montantes expressos em milhares de Escudos)

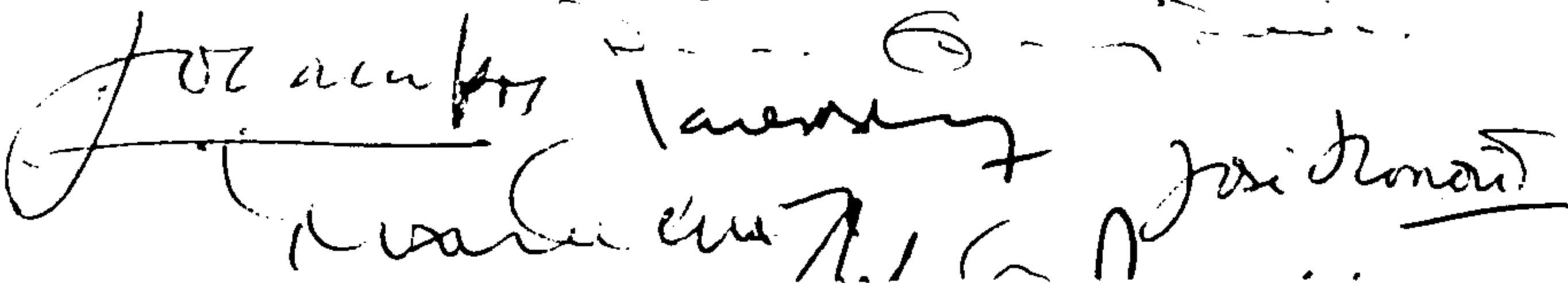
	Notas	1999	1998
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Pagamentos a fornecedores		(101.393)	(100.496)
Pagamentos ao pessoal		(210.725)	(168.859)
Fluxos gerados pelas operações		(312.118)	(269.355)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(151.911)	(166.452)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(464.029)	(435.807)
Recebimentos / (pagamentos) relacionados com rubricas extraordinárias		-	(71)
Fluxos das actividades operacionais (1)		(464.029)	(435.878)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas		380	-
Juros e proveitos similares		23.570	8.588
Dividendos		5.307.699	5.637.556
		5.331.649	5.646.144
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas		(2.027)	(21.474)
Imobilizações incorpóreas		-	(14.414)
		(2.027)	(35.888)
Fluxos das actividades de investimento (2)		5.329.622	5.610.256
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		3.306.070	-
Empréstimos concedidos		1.942.125	4.228.325
		5.248.195	4.228.325
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(2.823.425)	(1.093.878)
Empréstimos concedidos		(2.656.300)	(4.199.000)
Juros e custos similares		(206.759)	(322.897)
Dividendos	40	(4.070.636)	(3.786.637)
Aquisição de acções próprias	40	(356.451)	-
		(10.113.571)	(9.402.412)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(4.865.376)	(5.174.087)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)		217	291
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		593	302
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	2	810	593

Os anexos fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 1999.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

E

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Escudos mEsc.)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre o Relatório de Gestão do exercício de 1999 e Demonstrações Financeiras anexas da SEMAPA - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1999 que evidencia um total de mEsc. 43.372.782 e capitais próprios no montante de mEsc. 37.813.894, incluindo um resultado líquido de mEsc. 6.693.311, as Demonstrações de Resultados e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação do Relatório de Gestão e de demonstrações financeiras do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente o cumprimento, para todos os aspectos materialmente relevantes, dos princípios da suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria, sobre essa informação financeira.

Âmbito

3. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Uma auditoria inclui, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, de ser válido o princípio da continuidade das operações, e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras. A nossa auditoria abrangeu ainda o Relatório de Gestão do exercício de 1999, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira constante dos restantes documentos de prestação de contas bem como a verificação de estarem satisfeitos, para todos os aspectos materialmente relevantes, os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade definidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários. Entendemos que a nossa auditoria proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
4. As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais e não consolidados e foram elaboradas para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e para publicação nos termos da legislação comercial. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como disposto na Directriz Contabilística nº 9, através do qual são considerados nos resultados líquidos e no capital próprio os efeitos da consolidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos e proveitos, o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e publicar em separado e que consiste em aumentar os activos, os passivos (excluindo interesses minoritários) e os proveitos em mEsc. 76.457.589, mEsc. 40.782.347 e mEsc. 76.218.737, respectivamente.

Reserva

5. A Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. ("Secil"), uma subsidiária na qual a Empresa detêm uma percentagem efectiva de participação de 55,38%, assumiu responsabilidades com o pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e de sobrevivência, aos seus empregados. Contudo, aquelas responsabilidades para com os reformados até 29 de Dezembro de 1987 e pelo pagamento voluntário do décimo quarto mês do complemento aos reformados após aquela data, não se encontram cobertas pelo Fundo de Pensões Secil ou por qualquer provisão ou conta a pagar registada por esta subsidiária, em 31 de Dezembro de 1999 e 1998. Estudos actuariais reportados a 31 de Dezembro de 1999 e 1998, elaborados por uma entidade especializada, quantificam estas responsabilidades em, aproximadamente, mEsc. 3.127.000 e mEsc. 3.370.000, respectivamente.

Opinião

6. Em nossa opinião, excepto para o efeito do assunto descrito no parágrafo 5 acima, a informação financeira constante dos documentos de prestação de contas mencionados no parágrafo 1 acima, e para os fins indicados no parágrafo 4 acima:
- (i) apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SEMAPA - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 1999, bem como os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites; e
 - (ii) satisfaz, em todos os aspectos materialmente relevantes, os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Ênfase

7. Encontra-se em curso um processo judicial iniciado pela Secil em 16 de Setembro de 1999 contra o Estado Português, reclamando deste o pagamento do montante de mEsc. 1.568.201 (do qual mEsc. 1.122.370 foi reclamado em 1996) e respectivos juros, relacionado com a insuficiência do Fundo de Pensões da CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. ("CMP"), subsidiária detida indirectamente pela Empresa, em 31 de Dezembro de 1993 (data a que se refere a ultima informação facultada aos interessados no processo de reprivatização do capital da CMP). Este processo foi iniciado no seguimento de reunião da Administração da CMP com o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, na qual foi informada que das análises por aquele prometidas no seu Ofício datado de 14 de Março de 1996, resulta o entendimento de que o Estado Português não devia compensar a CMP por prejuízos relacionados com a referida insuficiência do Fundo. Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, o montante de mEsc. 1.122.370, de insuficiência do Fundo reclamado em 1996, encontra-se registado nas demonstrações financeiras da CMP como uma conta a receber do Estado Português, existindo uma provisão de igual montante registada pela CMP na rubrica outras provisões para riscos e encargos. Nesta data não é possível prever o impacto nas demonstrações financeiras anexas, que possa resultar do desfecho deste processo judicial em curso.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2000

ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS, SROC
Representada por António Marques Dias

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E GESTÃO SCS S.A. E SUBSIDIÁRIAS
BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998
(Montantes expressos em milhares de Escudos)

ATIVO		Notas	1999		1998	
			Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
IMOBILIZADO:						
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	27		284.013	(268.562)	25.451	58.136
Despesas de investigação e de desenvolvimento	27		76.596	(53.958)	22.638	17.261
Propriedade industrial e outros direitos	27		75.684	(46.620)	29.064	24.218
Treppasses	27		31.211	-	31.211	31.211
Diferenças de consolidação	10 e 27		22.690.399	(6.290.738)	16.399.661	15.973.605
Imobilizações em curso	27		102.297	-	102.297	60.738
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	27		5.000	-	5.000	-
			23.275.200	(6.859.876)	16.615.322	16.133.858
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	27		7.997.454	(1.192.797)	6.804.657	7.164.993
Edifícios e outras construções	27		47.977.268	(31.867.485)	16.109.783	17.878.101
Equipamento básico	27		142.583.580	(114.310.768)	28.272.794	32.287.128
Equipamento de transporte	27		6.297.807	(5.315.989)	981.818	1.047.211
Ferramentas e utensílios	27		721.719	(588.654)	133.065	138.328
Equipamento administrativo	27		3.942.538	(3.018.534)	924.004	637.433
Texas e veículos	27		3.317	(3.222)	95	141
Outras imobilizações corpóreas	27		562.034	(350.740)	211.294	195.985
Imobilizações em curso	27		873.736	-	873.736	825.921
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27		71.500	-	71.500	1.500
			211.030.733	(156.619.187)	54.382.546	59.966.739
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	27		2.927.152	-	2.927.152	270.264
Partes de capital em empresas associadas	27		4.367.561	-	4.367.561	4.982.825
Emprestimos a empresas associadas	27		60.000	-	60.000	60.000
Títulos e outras aplicações financeiras	27		20.499.730	(438.782)	20.060.948	4.429.777
			27.854.443	(438.782)	27.415.661	9.752.868
REALIZAVEL A MEDIO E LONGO PRAZO:						
Dividas de terceiros - Medio e longo prazo:						
Outros devedores	50		137.269	-	137.269	181.305
CIRCULANTE:						
Existências:						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			2.543.041	(14.435)	2.528.606	2.885.811
Produtos e trabalhos em curso			121.311	-	121.311	494.405
Subprodutos, resíduos e rejeitos			4.183	-	4.183	450
Produtos acabados e intermédios			1.458.943	-	1.458.943	583.099
Mercadorias			895.892	-	885.892	703.856
	48		5.013.380	(14.435)	4.998.945	4.467.421
Dividas de terceiros - Curto prazo:						
Clientes, conta corrente			10.491.621	(15.227)	10.476.394	9.735.098
Clientes - títulos a receber			189.433	-	189.433	121.325
Clientes de cobrança duvidosa			1.789.807	(1.737.542)	52.265	29.953
Empresas do grupo			165.606	-	165.606	187.190
Accionistas			4	-	4	28
Empresas participadas e participantes			130.828	-	130.828	98.572
Adiantamentos a fornecedores			34.144	-	34.144	25.872
Estado e outros entes públicos			77.417	-	77.417	104.320
Outros devedores			2.365.213	(97.922)	2.267.291	1.980.980
	48		15.243.871	(1.850.691)	13.393.180	12.283.338
Títulos negociáveis:						
Outros títulos negociáveis	2		200.112	-	200.112	1.000.112
Outras aplicações de tesouraria	2		166.714	-	166.714	224.906
			366.826	-	366.826	1.225.018
Depósitos bancários e caixa:						
Depósitos bancários	2		2.196.120	-	2.196.120	1.544.743
Caixa	2		28.004	-	28.004	8.738
			2.224.124	-	2.224.124	1.554.481
ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS:						
Acréscimos de proveitos	52		26.841	-	26.841	25.979
Custos diferidos	52		269.857	-	269.857	284.575
			296.698	-	296.698	310.554
Total de amortizações						
Total de provisões						
Total do activo						

CAPITAL PROPRIO, INTERESSES MINORITARIOS E PASSIVO		Notas	1999	1998
CAPITAL PROPRIO:				
Capital				
Ações próprias - valor nominal	53 e 54		23.666.459	23.666.489
Ações próprias - descontos e prêmios	54		(125.656)	-
Prêmios de emissão de ações	54		(230.795)	-
Diferenças de consolidação	54		843.619	843.619
Reserva de reavaliação	10 e 54		(1.674.039)	(1.674.039)
Reservas:	54		5.833.890	5.833.890
Reservas legais				
Outras reservas	54		833.415	587.864
Resultados acumulados	54		1.966.557	1.479.191
Resultado consolidado líquido do exercício	54		8.103	(108.651)
Total do capital próprio	54		6.893.311	4.911.224
			37.813.894	35.539.567
INTERESSES MINORITARIOS				
	55		35.675.242	34.264.970
PASSIVO:				
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:				
Provisões para impostos	46		83.033	-
Outras provisões para riscos e encargos	46		1.987.125	1.904.283
			2.095.158	1.904.283
DIVIDAS A TERCEIROS - MEDIO E LONGO PRAZO:				
Emprestimos por obrigações	56		19.930.000	20.180.000
Dividas a instituições de crédito	56		203.826	98.637
Outras empréstimos	56		1.082.500	453.173
Accionistas	55		48.864	48.864
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	47		169.580	180.384
			20.413.770	20.861.068
DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:				
Emprestimos por obrigações	56		1.250.000	220.000
Dividas a instituições de crédito	56		3.829.816	615.613
Outras empréstimos	56		139.175	93.845
Fornecedores, conta corrente			5.442.941	4.903.995
Fornecedores - facturas em recepção e conferência			134.383	69.089
Empresas do grupo	57		121.862	-
Accionistas	55		2.609.427	518.665
Adiantamentos de clientes			606.127	4.700
Fornecedores de imobilizado, conta corrente			865.609	885.943
Estado e outros entes públicos	51		5.978.844	3.873.737
Outros credores	50		157.409	183.106
			21.137.276	11.369.531
ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS:				
Acréscimos de custos	52		1.542.782	1.362.570
Proveitos diferidos	52		1.152.249	473.691
			2.695.031	1.836.261
Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo				

Os anexos fazem parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998

(Montantes expressos em milhares de Escudos)

	Notas	1999	1998
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		87.353.486	82.362.316
Pagamentos a fornecedores		(40.488.782)	(38.487.659)
Pagamentos ao pessoal		(6.954.289)	(7.422.126)
Fluxos gerados pelas operações		<u>39.910.415</u>	<u>36.452.531</u>
(Pagamentos)/Recebimentos do Imposto sobre o Rendimento		(7.391.473)	(7.750.835)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		<u>(9.022.253)</u>	<u>(9.514.515)</u>
		<u>23.496.689</u>	<u>19.187.181</u>
(Pagamentos)/Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		(6.638)	34.996
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>23.490.051</u>	<u>19.222.177</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		2.154.131	32.145
Imobilizações corpóreas		795.866	201.350
Subsídios de investimento		382.687	3.001
Juros e proveitos similares		38.713	168.493
Dividendos		<u>630.249</u>	<u>324.941</u>
		<u>4.001.646</u>	<u>729.930</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(18.346.733)	(4.355.986)
Imobilizações corpóreas		(3.299.182)	(5.979.628)
Imobilizações incorpóreas		<u>(11.395)</u>	<u>(66.738)</u>
		<u>(21.657.310)</u>	<u>(10.402.352)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(17.655.664)</u>	<u>(9.672.422)</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		25.349.563	5.732.448
Subsídios e doações		643	-
Venda de acções próprias		<u>1.607</u>	<u>-</u>
		<u>25.351.813</u>	<u>5.732.448</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(21.690.939)	(11.656.379)
Amortizações de contratos de locação financeira		(72.168)	(98.311)
Juros e custos similares		(822.644)	(816.184)
Dividendos		(8.431.093)	(8.429.774)
Aquisição de acções próprias		<u>(356.451)</u>	<u>-</u>
		<u>(31.373.295)</u>	<u>(21.000.648)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(6.021.482)</u>	<u>(15.268.200)</u>
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)		(187.095)	(5.718.445)
Efeito das diferenças de câmbio		(9.344)	(7.677)
Regularização do saldo inicial pelo efeito da inclusão das demonstrações financeiras individuais da Lisconcreto		7.890	-
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		<u>2.779.499</u>	<u>8.505.621</u>
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	2	<u>2.590.950</u>	<u>2.779.499</u>

Os anexos fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 1999.

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

18 90

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

E

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Escudos - mEsc.)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre o Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 1999 e Demonstrações Financeiras Consolidadas anexas da SEMAPA - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. ("Semapa") e Subsidiárias, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 1999 que evidencia um total de mEsc. 119.830.371 e capitais próprios no montante de mEsc. 37.813.894, incluindo um resultado líquido de mEsc. 6.693.311, as Demonstrações Consolidadas de Resultados e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Semapa a preparação do Relatório Consolidado de Gestão e de demonstrações financeiras consolidadas do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos acima referidos, designadamente o cumprimento, para todos os aspectos materialmente relevantes, dos princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria, sobre essa informação financeira.

Âmbito

3. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas, a verificação das operações de consolidação e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Uma auditoria inclui, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, de ser válido o princípio da continuidade das operações, e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras consolidadas. A nossa auditoria abrangeu ainda o Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 1999, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira constante dos restantes documentos de prestação de contas, bem como a verificação de estarem satisfeitos, para todos os aspectos materialmente relevantes, os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade definidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários. Entendemos que a nossa auditoria proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. Conforme indicado na Nota 21, a Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (“Secil”), uma subsidiária na qual a Semapa detém uma percentagem de participação efectiva de 55,38%, assumiu responsabilidades com o pagamento aos seus empregados de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e de sobrevivência. Contudo, aquelas responsabilidades para com os empregados reformados até 29 de Dezembro de 1987 e pelo pagamento voluntário do décimo quarto mês de complemento aos reformados após aquela data, não se encontram cobertas pelo Fundo de Pensões Secil ou por qualquer provisão ou conta a pagar registada por esta subsidiária, em 31 de Dezembro de 1999 e 1998. Estudos actuariais reportados a 31 de Dezembro de 1999 e 1998, elaborados por uma entidade especializada, quantificam estas responsabilidades em, aproximadamente, mEsc. 3.127.000 e mEsc. 3.370.000, respectivamente.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto para o efeito do assunto descrito no parágrafo 4 acima, a informação financeira constante dos documentos de prestação de contas consolidadas mencionados no parágrafo 1 acima:
- (i) apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da SEMAPA - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. e Subsidiárias em 31 de Dezembro de 1999, bem como os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites; e
 - (ii) satisfaz, em todos os aspectos materialmente relevantes, os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Ênfase

6. Conforme referido na Nota 50, encontra-se em curso um processo judicial iniciado pela Secil em 16 de Setembro de 1999 contra o Estado Português, reclamando deste o pagamento do montante de mEsc. 1.568.201 (do qual mEsc. 1.122.370 foi reclamado em 1996) e respectivos juros, relacionado com a insuficiência do Fundo de Pensões CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. (“CMP”), subsidiária detida indirectamente pela Semapa, em 31 de Dezembro de 1993 (data a que se refere a última informação facultada aos interessados no processo de reprivatização do capital da CMP). Este processo foi iniciado no seguimento de reunião da Administração da CMP com o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, na qual foi informada que das análises por aquele prometidas no seu Ofício datado de 14 de Março de 1996, resulta o entendimento de que o Estado Português não devia compensar a CMP por prejuízos relacionados com a referida insuficiência do Fundo. Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, o montante de mEsc. 1.122.370, de insuficiência do Fundo reclamado em 1996, encontra-se registado nas demonstrações financeiras da CMP como uma conta a receber do Estado Português, existindo uma provisão de igual montante registada pela CMP na rubrica outras provisões para riscos e encargos. Nesta data não é possível prever o impacto nas demonstrações financeiras anexas, que possa resultar do desfecho deste processo judicial em curso.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2000



ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS - SROC
Representada por António Marques Dias

Extracto da Acta Nº. 14 da Assembleia Geral

“No dia 31 de Março de 2000, pelas 12 horas, reuniu em Lisboa, no Hotel Ritz, a Assembleia Geral Anual da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. ...”

“Passou-se depois ao terceiro ponto da ordem de trabalhos relativo à aplicação de resultados. Não havendo quem pretendesse usar da palavra, o Senhor Presidente leu a única proposta existente da responsabilidade do Conselho de Administração, e submeteu-a à votação, tendo ficado unanimemente aprovada a seguinte aplicação do resultado de Esc. 6.693.310.572\$00:

Para dividendos:

Esc. 4.237.349.940\$00

Para reservas livres:

Esc. 2.121.295.103\$00

Para reservas legais:

Esc. 334.665.529\$00